



SindSaúde



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que entre si fazem, de um lado o **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE BRASÍLIA-DF., "SINDSAÚDE"**, representativo da categoria profissional, e de outro o **SINDICATO BRASILIENSE DOS HOSPITAIS, CASAS DE SAÚDE E CLÍNICAS DE BRASÍLIA**, representados neste ato por seus respectivos representantes.

01- DATA BASE

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá a vigência a partir de 01 de setembro de 2002 até 31 de agosto de 2003. A data base dos empregados em estabelecimento de serviços de saúde privados do DF será em setembro.

Parágrafo único – caso as partes não firmem novo Acordo Coletivo, a vigência deste prorrogar-se a por mais um ano.

02- ABONO DE PONTO ESTUDANTE

Nos dias de provas e exames supletivos, vestibulares ou concursos públicos, o empregado será dispensado do serviço nos respectivos horários, havendo compensação posterior.

Parágrafo Único - sem prejuízo do disposto no **caput** desta cláusula, terão prioridade na elaboração da escala de serviço os empregados que estejam realizando estágio de curso universitário na área de saúde e administração hospitalar.

03- LICENÇA PATERNIDADE

O empregador concederá ao empregado, sem prejuízo salarial e/ou funcional, licença de 05 (cinco) dias consecutivos, por ocasião de nascimento de filho (a).

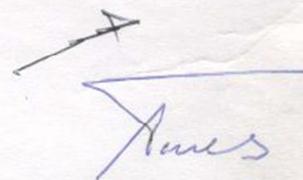
04- LICENÇA ADOÇÃO

O empregador concederá licença adoção de 30 dias a empregada que adote criança, cuja idade não seja superior a quatro meses, desde que haja ressarcimento à empresa pelo INSS, na forma disciplinada para a licença gestante.

05- LICENÇA CASAMENTO/FALECIMENTO

Sem qualquer prejuízo salarial ou funcional, será concedida licença:





a) de 03 (três) dias consecutivos por ocasião de casamento de seus empregados.

b) de 03 (três) dias consecutivos por ocasião de falecimentos de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa declarada na sua CTPS que viva sob sua dependência econômica.



06- AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do empregado, o Empregador pagará a título de Auxílio Funeral, juntamente com o saldo de salário e outras verbas remanescentes, 01 (um) salário nominal do falecido aos seus herdeiros, respeitado os limites:

- a) O valor não pode exceder R\$ 400.00 (quatrocentos reais).
- b) Os empregados que ganham acima de R\$ 400.00 (quatrocentos reais) receberão o valor referente ao item (a).

07- HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADO

O empregador homologará os atestados médicos e odontológicos fornecido pela Secretaria de Estado de Saúde, pela perícia médica do INSS, pela própria empresa, bem como aqueles atestados emitidos por outro estabelecimento médico particular, desde que o mesmo seja conveniado ao seguro saúde do qual o empregado seja beneficiário.

Parágrafo Único - O empregador poderá realizar perícia, feita por médico da instituição, para homologação de atestado de que trata o **caput**, da presente cláusula.

08- DECLARAÇÃO DE IRRF, AAS E CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ocorrendo a dispensa do empregado sem justa causa, o empregador fornecerá ao mesmo, por ocasião da liquidação da rescisão contratual desde solicitada por escrito.

- a) Declaração de Rendimento e Salário para fins de IR.
- b) Atestado de afastamento de salário (AAS), para fins de benefício junto ao INSS.
- c) Carta de Apresentação desde que solicitada por escrito.

09- UNIFORME

A empresa fornecerá gratuitamente uniformes personalizados aos empregado (a), desde que exigido o seu uso pelo empregador.



[Handwritten signature]



10- CAIXAS DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão caixas de primeiros socorros, desde que a própria instalação da empresa não forneça condições para este atendimento.

11- ESCALA PREFERENCIAL

O empregador assegurara a prioridade para o empregado que esteja cumprindo a mesma escala há mais de 2 (dois) anos ininterruptos,

12- PLANTÃO NOTURNO - OPÇÃO DO EMPREGADO

Os empregados com 50 (cinquenta) anos ou mais de idade, ou 20 (vinte) de exercício na empresa, poderão ser excluídos, mediante requerimento ao dirigente da unidade de saúde, das escalas de plantão dos serviços de emergência ou similares no período noturno.

13- COMPENSAÇÃO 12/36

Fica assegurado o regime de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de repouso.

Parágrafo Primeiro - Os empregados (as) que trabalham em jornada de 12 x 36 não farão jus a horas extras, ressalvadas as que excederem às 12 (doze) horas da dita jornada e não forem compensados dentro do próprio mês, não havendo distinção para efeitos de jornada de trabalho entre os turnos diurno e noturno, em razão da natural compensação com as 36 horas de repouso.

Parágrafo Segundo - A não diferenciação dos turnos diurno e noturno não implica na supressão ou não pagamento do adicional noturno, que será pago conforme disposto na cláusula 28 deste acordo.

Parágrafo Terceiro - Considera-se já remunerado o trabalho realizado aos domingos e feriados que, porventura, coincidam com a escala 12 x 36.

Parágrafo Quarto - É permitido ao empregado(a) solicitar redução da carga horária na jornada de trabalho, com conseqüente redução salarial, por interesse do mesmo e anuência do empregador e que esta anuência seja homologada pelo SINDSAÚDE ou pela Delegacia Regional de Trabalho.



[Handwritten signature]



14- TRABALHO EM FERIADOS

O serviço prestado em feriados legais será remunerado em dobro, ou concedida folga compensatória, exceto se prestado na forma da cláusula 13, ou seja, em escala de revezamento de 12 x 36.

15- CANCELAMENTO DE FALTAS ANTIGAS

O empregador se compromete a cancelar dos assentamentos funcionais de seus empregados (as) as penas disciplinares ocorridas há mais de 03 (três) anos, bem como as que completarem igual período no curso da vigência da presente convenção.

16- SINDICALIZAÇÃO

Fica assegurado a todo empregado (a) o direito a sindicalização.

17- COMPENSAÇÃO DE JORNADA

Fica permitida a escala variável de trabalho, com o limite máximo de 12 horas diárias de trabalho, devendo as horas que ultrapassarem ou faltarem para completar a carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, serem compensadas ao longo do mês.

Parágrafo Único - Em qualquer hipótese, as horas trabalhadas que ultrapassarem a carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, serão remuneradas com o adicional previsto na cláusula 27, desde que não compensada dentro do próprio mês.

18- ATIVIDADE SINDICAL

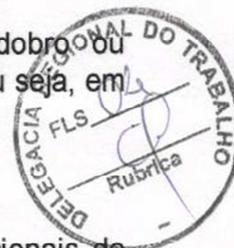
A requerimento do Sindicato da classe, e mediante autorização da empresa, será concedido local destinado à sindicalização.

19- REPRESENTANTE SINDICAL

Fica garantida a estabilidade provisória aos ocupantes de cargo de Direção sindical, desde o registro da candidatura até um ano após o término do mandato, e aos eleitos como Delegados Sindicais, desde o registro da candidatura até três meses após o término do mandato, salvo se cometerem falta grave nos termos da lei.

Parágrafo Primeiro - O empregador que tiver mais de 200 empregados, assegurará a eleição de um delegado sindical para cada 200 empregados.

Parágrafo Segundo - Fica garantida a liberação sem qualquer prejuízo salarial e/ou funcional, dos representantes eleitos nos termos da presente cláusula para participação em eventos sindicais e/ou de interesse da categoria respeitando-se:



Handwritten signature in blue ink.

- a) - O número máximo de 02 (dois) delegados por evento, cabendo a escolha ao Sindicato da classe;
- b) - a realização de no máximo 02 (dois) eventos por mês;
- c) - a elaboração de um calendário preestabelecido entre as partes, com comunicação prévia de 30 (trinta) dias de antecedência;

Parágrafo terceiro - O mandato do Delegado Sindical será de 01 (um) ano.

20- FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS

Departamento de Recursos Humanos ou Departamento de Pessoal da empresa, com a concordância desta última, fornecerá ao Sindicato, quando solicitado formalmente por intermédio de seu representante legal, cópia de documentos técnicos produzido no âmbito de sua Divisão de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, bem como aqueles produzidos pela própria Empresa.

21- LIBERAÇÃO DE AUDITÓRIO

O empregador se compromete a liberar auditório e/ou salas para reuniões ou promoções de eventos de interesse do Sindicato, desde que expressamente requerido à direção da empresa, com a concordância desta última.

22- QUADRO DE AVISOS

Fica garantida a fixação na empresa de quadro de avisos do SEESSB-DF, para comunicações de interesse da categoria profissional.

23- PRESENÇA DE DIRETORES DO SINDICATO

É assegurada a presença de Diretor ou Preposto do Sindicato na empresa patronal para atividade sindical, mediante autorização da direção da empresa.

24- DESCONTO PARA O SINDICATO

Fica garantido que todos os descontos efetuados pelo empregador em favor do Sindicato dos Empregados em Serviços de Saúde de Brasília -DF, serão repassados a esta Entidade no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do pagamento dos empregados, acarretando qualquer atraso na multa de 2% (dois por cento), mais juros de TR calculado sobre o montante do desconto.

Parágrafo Único - O empregado sindicalizado, terá descontado em folha de pagamento, o valor da contribuição, que será repassada ao SEESSB/DF.



[Handwritten signature]



25- DESCONTO ASSISTÊNCIAL PARA O SINDSAÚDE

A empresa procederá o desconto em folha de pagamento em uma só vez, no percentual de 3% (três por cento) sobre o salário reajustado a partir da data da assinatura do presente acordo coletivo, em favor do SEESSB-DF, a ser depositado em conta corrente desta Entidade, nº 420345-3, agência nº 2883-5 Banco do Brasil.

Parágrafo primeiro - ressalvado o direito de oposição do empregado perante o empregador até **10 (dez) dias antes e 10 (dez) dias após** do desconto em folha.

Parágrafo terceiro - fica assegurada a ampla divulgação do direito de oposição de que trata o parágrafo primeiro acima, por meio de Jornal Informativo da Categoria, que deverá ser distribuído e fixado nos respectivos locais de trabalho dos empregados beneficiados com a presente convenção.

Parágrafo quarto - Fica garantido que todos os descontos efetuados pelo empregador em favor do SEESSB-DF, serão repassados a esta Entidade no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data do pagamento dos empregados, acarretando multa de 2% (dois por cento), mais juros de TR calculado sobre o montante do desconto.

26- DESCONTO ASSISTENCIAL EMPRESARIAL

Fica estabelecida a contribuição em favor do Sindicato Brasiliense dos Hospitais, Casas de Saúde e Clínicas de Brasília – DF, a ser depositado em conta bancária (UNIBANCO) Ag. 7090 Conta Corrente Nº 250 010 - 0, no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor total da folha de pagamento a partir da data da assinatura do Acordo Coletivo, que serão recolhidos até 45 dias corridos da data de assinatura da presente dissídio, sob pena de multa de 2% (dois por cento), mas juros de 1% (um por cento) ao mês, tudo acrescido da TR do período.

Parágrafo primeiro - Fica ressalvado o direito de oposição do empregador perante o Sindicato, no prazo de até 10 (dez) dias posteriores à elaboração da folha de que trata o **Caput**.

Parágrafo segundo - fica assegurada a ampla divulgação do direito de oposição de que trata o parágrafo primeiro acima, por meio de Jornal Informativo do Sindicato, que deverá ser distribuído a todos os filiados e fixado na sede do Sindicato.

27- HORAS EXTRAS

Ressalvada a escala de revezamento de que tratam as Cláusulas 13 e 17, a carga horária que ultrapassar as 44 (quarenta e quatro) horas semanais se não



compensada dentro do mês será remunerada com adicional de 70% (setenta por cento) sobre o valor da hora normal.

28 - ADICIONAL NOTURNO

Será devido adicional noturno de 20 % (vinte por cento) sobre o valor da hora normal, considerando-se como noturnas aquelas laboradas entre 22:00 e 05:00 horas do dia seguinte, ressalvados os direitos adquiridos.

29- TRIÊNIO

O empregador concederá adicional de 3% (três por cento) a título de triênio, para cada período de 3 (três) anos de trabalho, até o limite de 05 (cinco) triênios, calculados sobre o salário base do empregado, passando a partir daí a receber biênio de 2% (dois por cento) até o limite de 5 (cinco) biênios.

30 - ALIMENTAÇÃO

O empregador cumprirá o que determina o PAT (Lei 6.321 de 14/04/76 e decreto Nº 5 de 14/01/91 e a portaria interministerial nº 1 de 29-01-92), que disciplinam o programa de alimentação do trabalhador – PAT.

31- ESTABILIDADE PROVISÓRIA DE ACIDENTE DE TRABALHO

Ao empregado(a) vítima de acidente de trabalho, que tenha sido beneficiado com o auxílio acidentário legalmente previsto na legislação pertinente da Previdência Social, fica garantida uma estabilidade provisória de um ano após a alta da junta médica do INSS.

32- GARANTIA A GESTANTE

A empregada gestante terá garantia assegurada do emprego e salário, desde que comprove o seu estado gravídico mediante atestado médico ou telegrama fonado.

Parágrafo Único - No caso de telegrama, este deverá ser substituído pelo atestado em no máximo quarenta e oito horas.

33- ANOTAÇÃO NA CARTEIRA PROFISSIONAL

As empresas ficam obrigadas a promover a anotação na CTPS do trabalhador na função efetivamente exercida pelo empregado(a).

Parágrafo Único - O empregador adotará a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), desde que não comprometa o plano de carreira das empresas, se existir.



Handwritten signature and initials.



34- TRANSPORTE DE ACIDENTADOS

Fica o empregador obrigado a transportar o empregado com urgência para locais apropriados, em caso de acidente, mal súbito ou parto, desde que ocorram durante o trabalho ou em decorrência dele.

35- ESTABILIDADE PRÓXIMA DA APOSENTADORIA

Fica assegurado ao empregado (a) que tenha um mínimo de 05 (cinco) anos de vínculo empregatício na mesma empresa, estabilidade no emprego ou salário nos últimos 06 (seis) meses que antecedem ao tempo necessário para a sua aposentadoria por tempo de serviço ou idade.

Parágrafo único - O empregado que venha a se aposentar na empresa e que tenha mais de 10 (dez) anos na empresa, fará jus a um abono de 01 (um) salário nominal.

36- AVISO PRÉVIO

Fica assegurado aos empregados dispensados sem justa causa, os seguintes prazos de aviso prévio.

a) a partir de 10 (dez) anos completos e menos de 15 (quinze) anos na mesma empresa, concessão de 30 (trinta) dias de aviso prévio e pagamento de 15 dias de abono.

b) partir de 15 (quinze) anos completos na mesma empresa, concessão de 30 (trinta) dias de aviso prévio e abono de 1 (um) mês de salário.

37- REAJUSTE SALÁRIAL

As empresas concederão a todos seus empregados reajuste de **5% (cinco por cento)** a partir 01 de setembro de 2002 sobre os salários de setembro de 2000, compensando todos reajustes ou aumentos que tenham sido dados espontaneamente no período.

Parágrafo Único - Respeitado o princípio da equiparação salarial e os pisos salariais estipulados nesta norma coletiva, o reajuste pactuado nesta cláusula será concedido proporcionalmente, à razão de 1/12 para cada mês trabalhado, aos empregados que tenham sido contratados posteriormente a setembro de 2000.



[Handwritten signature]



38- PISO SALÁRIAL

Em hipótese alguma o empregado não poderá perceber salários inferior ao constante na tabela abaixo, para o exercício das seguintes funções, a vigorar a partir de setembro de 2002.

Profissionais de nível de terceiro grau.....	R\$ 836,00;
Técnico de enfermagem.....	R\$ 414,00;
Auxiliar de enfermagem.....	R\$ 394,00;
Técnico de Laboratório.....	R\$ 392,00;
Auxiliar de Laboratório, Radiologia e similares.....	R\$ 319,00;
Área Administrativa e similares.....	R\$ 319,00;
Serviços Gerais.....	R\$ 227,00;
Técnico de Radiologia.....	R\$ 492,00;



Parágrafo único - Os dois salários mínimos profissionais dos técnicos de radiologia de que trata o art. 16 da Lei 7.394, de 29.10.85, serão equivalentes a R\$ 492,00 (quatrocentos e oitenta e um reais) por mês.

39- PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Considerando os pisos salariais fixados na cláusula 38 e que devem ser considerados em qualquer hipótese, é facultado ao empregador conceder participação nos lucros da empresa, ficando a seu critério a fixação dos percentuais incidentes e base de cálculo do benefício, em hipótese alguma, se incorporará aos salários dos empregados.

Parágrafo Primeiro - As empresas que concederem o benefício de que trata, a presente Cláusula, apurarão a participação dos lucros no final do semestre ou no final do ano, podendo conceder, a seu critério, antecipações mensais periódicas ou não.

Parágrafo Segundo - Ao conceder o benefício de que trata a presente Cláusula, o empregador levará em consideração a assiduidade e produtividade de cada empregado, de sorte que poderá conceder valores diferentes de participação nos lucros para cada funcionário.

40- ADEQUAÇÃO

As empresas terão até 60 (sessenta) dias da data da assinatura da presente Convenção para adequar nas folhas de pagamento aos efeitos financeiros da mesma.

41- MULTA

O não cumprimento de qualquer das cláusulas constantes do presente instrumento implicará no pagamento de uma multa de 01 (um) salário mínimo, por cada cláusula descumprida, que se reverterá em favor do empregado.





42- COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Fica instituída a Comissão Intersindical de Conciliação Prévia-CICP entre o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde, representando a categoria profissional, e o Sindicato Brasiliense dos Hospitais, Casas de Saúde e Clínicas de Brasília, representando a categoria econômica, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.958 de 12 de janeiro de 2.000 a partir da aprovação das normas de funcionamento e regimento a ser acordado entre as partes.

Parágrafo Único – A Comissão de Conciliação Prévia após a aprovação das normas de funcionamento e do regimento interno acordado entre as partes, funcionará experimentalmente por um período de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do Regimento Interno, podendo ser prorrogado ou não ao término deste período de comum acordo entre as partes.



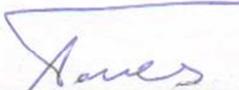
43- CONVENÇÃO, PRORROGAÇÃO E ADITAMENTO

A presente Convenção Coletiva de Trabalho poderá ser prorrogada, aditada e rescindida por comum acordo, obedecendo os ditames legais.

44- REVOGAÇÃO

Ficam revogadas todas as cláusulas da Convenção Coletiva com a vigência de 28 de março de 2002 até 31 de agosto de 2002, protocolada na DRT/DF/SERET sob Nº 46206002523/2002-55.

Brasília-DF, 18 de setembro de 2002.

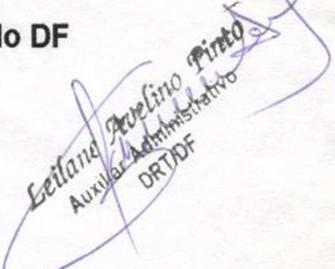

ANTÔNIO AGAMENON TORRES XIANA
Diretor Presidente do S.E.E.S.S.B-DE

Presente Act foi
registrada (o) o arquivada(o) nesta
DRT/DF/SERET sob nº 46206
009121 / 2002-81 conforme
prevê o art. 614, da Consolidação
das Leis do Trabalho.


MARCUS FÁBIUS PEIXOTO LEAL

Presidente do Sindicato Brasiliense de Hospitais e Clínicas do DF




Letícia Apolinário Pinedo
Auxiliar Administrativo
DRT/DF